

ALDEAR OS PARTIDOS

Carta Pública da Campanha Indígena aos partidos políticos aliados dos povos e do movimento indígena

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o Brasil como um país democrático e plural. Mesmo diante da permanência do racismo estrutural, nossos povos se firmaram como sujeitos políticos protagonistas de seus próprios destinos. No entanto, a democracia brasileira tem uma dívida histórica com nossos povos. Por muitos anos, nossa presença foi afastada dos espaços que decidem sobre nossas vidas com a elaboração e aprovação de políticas públicas que definem o futuro do país. Em 2026, ano de eleição para presidência da República e parlamentos estaduais e federal, a presença indígena na disputa deve avançar como parte do fortalecimento da democracia e da representação popular dos nossos povos.

As lideranças indígenas que colocam seus nomes à disposição da disputa eleitoral carregam histórias coletivas, projetos políticos construídos nos territórios e compromisso com a vida dos povos. Ao mesmo tempo, enfrentam desigualdades profundas dentro das estruturas partidárias. Cabe aos partidos criar condições concretas para que essas candidaturas disputem com dignidade.

As novas regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconhecem uma demanda histórica dos povos indígenas. A distribuição proporcional dos recursos públicos de campanha, do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de rádio e televisão para candidaturas indígenas é uma obrigação dos partidos. Essa medida precisa chegar às candidaturas com planejamento, transparência, diálogo com o movimento indígena e escuta das lideranças que disputarão as eleições.

A aplicação das regras do TSE precisa ir além do repasse formal de recursos. É necessário apresentar critérios públicos, calendário definido, comunicação direta com as candidaturas, acesso ao fundo eleitoral, apoio jurídico, apoio contábil, condições de deslocamento, produção de materiais, inserção no tempo de propaganda e proteção diante da violência política.

A Campanha Indígena solicita que os partidos aliados das lutas do movimento indígena:

- **Informem até o dia 03 de julho quais medidas pretendem adotar para cumprir as regras do TSE e fortalecer a participação indígena nas eleições de 2026.**
- **Também solicitamos audiência com as presidências nacionais dos partidos que possuem histórico de apoio às lutas do movimento indígena nos espaços de poder.**

Nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), juntamente com nossas sete organizações regionais de base reafirmamos nossa autonomia política e buscamos diálogo com partidos comprometidos com a democracia e com a construção de um Brasil capaz de respeitar



APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI VYVRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

nossos povos e proteger nossos territórios. Para os povos indígenas, um Brasil soberano se constrói com terras indígenas demarcadas e protegidas, livres de invasões, e com direitos à livre autodeterminação e identidade de povos diferenciados respeitados.

A Campanha Indígena convoca os partidos a assumirem, desde já, medidas concretas para cumprir as regras eleitorais e fortalecer a presença indígena nas eleições de 2026.

Nosso futuro está em movimento. A resposta para transformar a política somos nós.

Brasília, 24 de junho de 2026

Cordialmente,

KRETÃ KAINGANG

DINAMAM TUXÁ

KLEBER KARIPUNA

VONINHO BENITES PEDRO

JOSÉ BENITES

VALCELIO TERENA

FABIANO DE LIMA
COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

